

**ESTRATOS LINGÜÍSTICOS DE ORIGEM TUPI NA MACRO-
TOPONÍMIA ACREANA: CONTRIBUIÇÃO PARA O *ATLAS
TOPONÍMICO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA***

ALEXANDRE MELO DE SOUSA (UFAC)

RESUMO:

O trabalho objetiva inventariar, descrever e analisar os macrotopônimos acreanos (Estado e Microrregiões) de origem Tupi, com vistas a verificar em que medida esses topônimos refletem a realidade físico-geográfica ou sócio-histórico-cultural da região selecionada: a Amazônia Ocidental Brasileira.

Orientou essa pesquisa, basicamente, a seguinte hipótese: a toponímia acreana preserva particularidades lingüísticas, sócio-histórico-culturais, e físico-geográficas da região que influenciaram o denominador no ato de nomeação. Os dados foram coletados, principalmente, no Mapa Político-Administrativo do Estado do Acre (2006), escala 1: 1.000.000, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-AC).

Dada à natureza da proposta da pesquisa, adotaram-se as orientações teórico-metodológicas de Dick (1992; 1996), e os princípios teóricos da lexicologia e da semântica, dando-se destaque às questões relativas ao processo de construção do significado dos itens léxicos associados às categorias toponímicas.

Considerações preliminares

Sabe-se que é por meio da linguagem que o homem manifesta seu pensamento e interage com outros membros da comunidade. Segundo Isquierdo (1996), toda língua natural reflete a cosmovisão de seus usuários por meio de seu acervo lexical, ou seja, o conjunto de palavras de uma língua natural, no qual estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo humano constituído social, lingüístico e culturalmente. Como explica Oliveira e Isquierdo:

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível de língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, (...) Em vista disso, o léxico de uma língua conserva estreita relação com a história cultural da comunidade. (OLIVEIRA E ISQUERDO, 2001, p. 9)

Assim, concebendo o léxico como meio para o conhecimento e o entendimento de manifestações culturais, de ideologias, de momentos históricos, de expectativas de vida; de uma comunidade lingüística, apresentamos este estudo léxico-semântico dos topônimos de acidentes geográficos humanos (Estado, Microrregiões) do Estado do Acre, a Amazônia Ocidental Brasileira – uma região marcada por particularidades físico-geográficas e sócio-histórico-culturais,

físico-geográficas e sócio-histórico-culturais, que podem estar refletidas no léxico toponímico.

O presente trabalho, num sentido mais amplo, tem como fito contribuir para a formação, ou delineamento, do perfil toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira através da recuperação dos aspectos motivadores refletidos na nomeação do Estado, das Microrregiões; seja através do resgate dos fatos histórico-sociais, seja através dos aspectos físico-geográficos relacionados à área geográfica selecionada. Trata-se de uma abordagem sócio-etnolingüística da língua, que envolve a inter-relação língua-cultura-sociedade na construção do significado inerente aos sintagmas toponímicos.

Vale ressaltar que este estudo apresenta resultados parciais do Projeto ATAQB (*Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira*), em operacionalização no CEDAC/UFAC (Centro de Estudos Dialetológicos do Acre / Universidade Federal do Acre), sob nossa coordenação.

A toponímia e seu objeto: pressupostos teóricos

A *Toponímia* (ou *Toponomástica*) é a disciplina que se ocupa dos estudos de nomes próprios de lugares. Ao lado da *Antroponímia*, que, por sua vez, estuda os nomes próprios de pessoas, constituem uma disciplina mais ampla, a *Onomástica*:

ciência lingüística (ou filológica) que estuda os nomes próprios em geral (Cf. SOUSA, 2007, p. 18).

Situar a Toponímia como uma ciência foi um grande desafio para os estudiosos dessa área. Delimitar o campo de atuação, definir seu objeto e seus objetivos e sistematizar teórico e metodologicamente constituíram as grandes metas (e as grandes dificuldades) para firmar a Toponímia como um ramo científico autônomo.

Ainda assim, mesmo depois da consolidação científica, dos avanços e das contribuições da Toponímia para os estudos da linguagem (e para outros ramos também), alguns estudiosos questionam a validade dessa disciplina, uma vez que as questões teorizadas, analisadas e discutidas por ela poderiam perfeitamente situar-se nos estudos de outros domínios do conhecimento humano, como História, Geografia, Antropologia etc. Contudo, é exatamente essa uma das características inerentes à Toponímia: a interdisciplinaridade que acaba por formar seu campo de análise, e que, conseqüentemente, define seu escopo.

Diferentes perspectivas teóricas têm orientado os estudos toponímicos, na Europa, nos Estados Unidos e na América do Sul, particularmente. Para Rostaing (1961 p. 07), por exemplo, a Toponímia é a ciência, cujo objetivo é “investigar a

significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”¹.

Frente a esse conceito, verifica-se que o pesquisador deixa de lado a realidade extralingüística na construção do significado toponímico, enfatiza demasiadamente o caráter diacrônico e valoriza a fonética regional.

Dick (1990, p. 36), por sua vez, define a Toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. A toponimista também ressalta que, apesar desse caráter eclético da disciplina, que parece inicialmente se chocar com o pensamento de Charles Rostaing, que via na Lingüística o “princípio essencial da Toponímia”, não há contradição entre as duas posições. A Toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

De acordo com a autora, Ullmann (1964, p. 161) já pontuava que o estudo dos nomes, a Onomástica, havia se firmado como uma ciência autônoma. Assim, a Toponímia e a Onomástica acham-se em uma verdadeira relação de inclusão, em que a Toponímia faz parte da Onomástica.

¹ “recherche la signification et l’origine des noms de lieux et aussi d’étudier leurs transformations” (ROSTEIN, 1961, p. 07).

Salazar-Quijada (1985, p. 18), por sua vez, concebe a Toponímia como

[...] aquele ramo da Onomástica, que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, sócio-econômicos e antro-po-lingüísticos que permitiram e permitem que um nome de um lugar se origine e subsista. (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)²

Assim, de acordo com o pesquisador, o topônimo configura-se como um produto cultural que reflete a realidade material e espiritual do ser humano. E o estudo desses termos permite verificar a organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais refletem-se na língua, principalmente no léxico e, conseqüentemente, na Toponímia.

Segundo Sapir (1969, p. 44), o termo ambiente refere-se tanto aos fatores físicos, como aspectos topográficos (costa, vale planície, chapada ou montanha), clima, regime de chuvas, fauna, flora e recursos minerais; quanto aos fatores sócio-culturais, que são as forças que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como religião, padrões éticos, organização política e arte.

² “(...) aquella rama de la Onomastica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, sócio-económicos y antro-po-lingüísticos, que se permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)

A respeito disso, Dick (1992) acrescenta que:

Observando os diferentes sistemas culturais em que os toponímicos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam como lingüísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, antropologia, da psicosociologia, enfim, da cultura geral, para, num denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1992, p. 08)

Guardadas as diferenças entre as definições de Toponímia apresentadas, muitas foram as contribuições que essas abordagens ofereceram para a evolução dos fundamentos teóricos e metodológicos dessa ciência onomástica. Na presente pesquisa, adota-se a conceituação de Dick (1990, p. 36) que concebe a Toponímia como uma ciência ampla, cujo raio de ação alcança esferas tanto físico-ambientais (e geoeconômicas) do espaço selecionado para o estudo; quanto sociais, políticas, históricas, e antro-po-culturais, não só de um indivíduo, mas de um grupo social.

Dá a importância em saber que a pesquisa toponímica, diferentemente de como era concebida antigamente, vai além da investigação etimológica dos designativos atribuídos aos espaços geográficos, pura e simplesmente. Dentro de uma perspectiva mais atual, esse ramo de estudos leva em consideração também, em seu escopo, o contexto (as condições) em o

topônimo foi criado, ou seja, os fatores que motivaram o denominador para a escolha de determinado nome para batizar os acidentes. E é nesse fator que repousa a atualidade e a importância da investigação toponímica entre os meios de reflexão lingüística.

Signo lingüístico e signo toponímico: a questão da motivação

Já na Antiguidade alguns filósofos levantaram discussões a respeito da natureza da palavra, ou, mais especificamente, sobre a motivação ou arbitrariedade do signo lingüístico, o que gerou dois grupos opostos:

Havia duas escolas de pensamento rivais: os naturalistas, que acreditavam existir uma relação intrínseca entre o som e o sentido, e os convencionalistas que sustentaram ser a relação puramente arbitrária. (ULLMANN, 1964, p. 07)

Entre os naturalistas, que defendiam haver correspondência entre imagem acústica e sentido era puramente arbitrária, inclui-se Aristóteles. Essas posições, embora conflitantes, têm origem numa mesma indagação: há correspondência entre o significado de uma palavra e sua forma?

De acordo com Lyons (1979, p. 04), o caminho para essa resposta constituiu um longo trajeto de estudos etimológicos das palavras e somente no início do século XX, o sentido aristotélico de arbitrariedade do signo foi retomado por Ferdi-

nand de Saussure.

Saussure (1970, p. 24) afirmou que a língua “é um sistema de signos que exprimem idéias” e que o signo possui um “caráter arbitrário” e funciona devido a um contrato social entre os falantes de uma mesma língua.

As idéias de Saussure popularizaram-se na Linguística moderna, após o século XX, servindo de orientação para várias vertentes teórico-metodológicas de investigação, apontando que, até certo ponto, a questão da arbitrariedade estava resolvida.

Saussure (1970) acrescentou, ainda, outro fundamento essencial à noção de signo: a noção de valor. Para ele, o valor do signo lingüístico é obtido através da rede de relações com outros signos, portanto, um signo só se define como tal, no interior de um sistema de signos. Dessa forma, para o mestre genebrino, “a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras” (DOSSE, 1993, p. 65).

quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 1970, p. 136).

Saussure, portanto, entende que o valor do signo é determinado dentro do sistema lingüístico em que está

inserido o que aponta para a reafirmação do princípio da arbitrariedade do signo lingüístico.

(O signo lingüístico) Une não uma coisa ao seu nome, mas o conceito a uma imagem acústica num vínculo arbitrário que remete à realidade, o referente, para o exterior do campo do estudo (...). Os signos saussurianos só envolve, portanto, a relação entre significado (o conceito) e significante (imagem acústica), com exclusão do referente. (DOSSE, 1993, p. 70)

A noção da arbitrariedade do signo lingüístico, retomada por Saussure (1970) tem sido a tônica dos estudos lingüísticos empreendidos até a atualidade. No caso do signo toponímico, contudo, a princípio, podemos acatar a noção de arbitrariedade preconizada por Saussure, pois, como argumenta Dick (1990):

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, **marcando-o duplamente**: o que era **arbitrário**, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente **motivado**, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (DICK, 1990, p. 38)

Desse modo, considerando a natureza intrínseca do signo toponímico, é oportuno e necessário rever a questão da

arbitrariedade. O topônimo tem como principal característica, a motivação semântica, de natureza extralingüística: aspectos físico-geográficos ou sócio-histórico-culturais, que são considerados no ato da nomeação dos acidentes geográficos físicos e/ou humanos.

Acrescente-se que “o sistema toponomástico utiliza-se dos mesmos constituintes disponíveis no léxico virtual de uma língua” (DICK, 2001, p. 81). Assim, como acontece com os demais signos, é possível, através dos topônimos, recuperar dados a cerca da relação língua-sociedade e cultura. Sobre isso, conclui Biderman (1981):

o léxico pode ser considerado como um tesouro vocabular de uma língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não-lingüísticos que se referem ao mundo físico e ao universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico é o menos lingüístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o lingüístico e o extralingüístico. (BIDERMAN, 1981, p. 138)

Categorias taxionômicas: contribuições de dick para as pesquisas toponômicas do brasil

Entre as pesquisas mais recentes e representativas brasileiras, estão as de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que, em uma perspectiva mais ampla, visam a uma sistematização metodológica para orientar as pesquisas toponômicas.

Em Dick (1990), por exemplo, são apresentados os princípios teóricos de investigação toponímica, e uma discussão sobre dois planos de investigação – o diacrônico e o sincrônico – considerando que a investigação no âmbito do segundo plano, permite “o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das *taxes* toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antro-po-cultural” (DICK, 1990, p. 367)³.

Em outra obra, Dick (1992) apresenta uma reformulação do modelo de classificação taxionômica para os topônimos, contemplando 27 (vinte e sete) *taxes*⁴: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – *Taxionomias de Natureza Física* –, e 16 (dezesesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – *Taxionomias de Natureza Antro-po-Cultural*.

I Taxionomias de Natureza Física:

a) *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Estrela (RS); b) *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Nortelândia (MT);

³ Dick (1990), além de formular uma terminologia técnica para a ciência toponímica, põe em destaque os principais motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica de determinada região.

⁴ Anteriormente, Dick (1975) havia proposto um modelo que contemplava 19 (dezenove) *taxes*.

c) *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Branquinha (AL); d) *Dimensiotopônimos*: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Serra Alta (SC); e) *Fitotopônimos*: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE); f) *Geomorfotopônimos*: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA); g) *Hidrotopônimos*: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS); h) *Litotopônimos*: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB); i) *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS); j) *Morfotopônimos*: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ); l) *Zootopônimos*: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE)

II Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural

a) *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES); b) *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP); c) *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN); d) *Corotopônimos*: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC); e) *Cronotopônimos*: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Auro-

ra (GO); f) *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG); g) *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT); h) *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC); i) *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex. Passa e Fica (RN); j) *Hierotopônimos*: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Esse categoria subdivide-se em: i. *Hagiotopônimos*: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex. Santa Luzia (BA) ii. *Mitotopônimos*: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE); l) *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC); m) *Hodotopônimos*: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC); n) *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR); o) *Poliotopônimos*: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO); p) *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP); q) *Somatopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex.

Braço do Trombudo (SC).

Aspectos físico-geográficos do estado do acre: a área de estudo

O Estado do Acre – a Amazônia Ocidental Brasileira – está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07'S e 11°08'S, e as longitudes de 66°30'W e 74°WGr. Sua superfície territorial é de 153.159,9 Km², correspondente a 3,9% da área amazônica brasileira e a 1,8% do território nacional.

O Estado acreano tem como capital o município de Rio Branco e está dividido em 21 (vinte e um) outros municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.

A extensão territorial do Estado é de 445 Km no sentido Norte-Sul e 809 Km entre seus extremos Leste-Oeste. Seu território faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, nacionais com os estados do Amazonas e de Rondônia.

O Estado Acreano, de acordo com o ZEE/AC (2000a, p. 34-36), é banhado por extensos rios de direção geral Sudoeste-Nordeste, pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas. A rede de drenagem é bem distribuída correndo sobre rochas

sedimentares (motivo pelo qual não se formam cachoeiras), e está assim distribuída: na parte central do Estado os principais cursos d'água são o Rio Tarauacá; o Rio Purus; o Rio Caeté; o Rio Chandless, e seu tributário Iaco, com seu afluente pela margem esquerda; o Rio Abunã; o Rio Macauã; e o Rio Acre.

À noroeste estão situados o Rio Gregório, o Rio Tarauacá, o Rio Muru, o Rio Envira, e o Rio Jurupari. Na parte oeste do Estado encontram-se: o Rio Juruá, o Rio Moa, o Rio Juruá-Mirim, o Rio Paraná dos Mouras, o Rio Ouro Preto, o Rio Valparaíso, o Rio Humaitá, o Rio Tejo, o Rio Breu, o Rio Caipora, o Rio São João, o Rio Grajaú, o Rio Natal, o Rio Amônia, o Rio Aparição, o Rio São Luiz, o Rio Paratari, e o Rio das Minas.

A respeito do valor sócio-econômico representado pelos rios da região acreana, comenta Isquerdo (1986):

(...) os rios da região representam um significativo valor sócio-econômico, pois, além de favorecerem os transportes e a comunicação, desempenham um enorme papel como fonte de alimentação graças à fartura de pescados que fornecem à população. Sem falar que, no período da vazante, são cultivadas, nas imensas praias dos rios, plantações de feijão, milho, batata-doce, melancia, abóbora, hortaliças, entre outras. (ISQUERDO, 1986, p. 376)

Vale destacar outro aspecto sócio-econômico importante relacionado à rede hidrográfica acreana: a origem dos povoados está intimamente associada à rede de drenagem do Estado, já que ao longo de suas margens formaram-se os primeiros povoados e vilas acreanos e, posteriormente, as principais cidades. Sobre isso, comenta Isquierdo (1986, p. 376):

(...) o processo de exploração dos recursos naturais desencadeou o fenômeno da dispersão humana, através das florestas, e a fixação da população às margens dos rios (...). Tal constatação justifica o fato de nas margens dos rios estarem situadas as cidades, as colocações e os barracões de seringais. É justamente em função desse fator que as cidades mais representativas do Estado estão localizadas às margens dos rios (...). (*Id. iibd*, p. 376)

Quanto aos aspectos econômicos, destacam-se na região, principalmente: a atividade extrativista da borracha, da madeira, da castanha, do carvão vegetal etc.; e a atividade pesqueira. Segundo ZEE/AC (2000b, p. 189), a atividade extrativista se caracterizou pelo isolamento e intensa exploração da mão-de-obra dos seringueiros. “Esta foi a base para que uma atividade realizada em padrões artesanais se tornasse rentável para os seringueiros, permitindo, ainda, acumulação de capital e industrial”. Paralelas a estas fontes econômicas estão: a agricultura e a pecuária. Esses fatores econômicos constituíram os condicionantes básicos da estruturação do setor secundário e terciário do Estado, bem como das caracte-

rísticas urbanísticas da maioria dos municípios acreanos (cf. ZEE/AC, 2000b, p. 189).

Segundo os dados do ZEE/AC (2000b, p. 41-42), os 22 (vinte e dois) municípios que formam o Estado do Acre estão agrupados em 05 (cinco) regionais de desenvolvimento, estabelecidas pelo IBGE: Microrregião do Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri), Microrregião do Baixo Acre (Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Senador Guiomard), Microrregião do Juruá (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves), Microrregião do Purus (Manoel Urbano, Santa Rosa e Sena Madureira) e Microrregião do Tarauacá (Feijó, Jordão e Tarauacá). A divisão em Microrregiões segue, basicamente, a distribuição das principais bacias hidrográficas acreanas.

Aspectos metodológicos: apresentação e análise dos dados

Ao selecionar como objeto de análise a macrotoponímia acreana, levou-se em consideração a hipótese de que o topônimo, em sua essência, poderia ter sido motivado por fatores extralingüísticos, os quais refletiriam as particularidades físico-geográficas e/ou sócio-histórico-culturais dos povos que habitaram ou habitam a região.

Para se concretizar este intento foram levantados e catalogados os macrotopônimos do recorte selecionado, aplicando a esses signos um tratamento científico que se baseou na orientação teórico-metodológica de Dick (1992): buscou-se a motivação dos nomes em estudo, as possíveis influências de elementos extralingüísticos e, principalmente, verificou-se a existência de estratos lingüísticos de origem indígena, para em seguida observar os que pertenciam ao tronco Tupi. Os dados foram levantados nos mapas cartográficos do Estado do Acre e da Amazônia Legal, de escalas variadas, fornecidos pelo IB-GE-AC.

Vale ressaltar que, neste trabalho, adotaram-se, ainda, as taxionomias propostas por Salazar-Quijada (1985, p. 22-23) – *microtopônimo* e *macrotopônimo* – que leva em consideração a extensão dos acidentes em relação a outros. Dessa forma, são considerados *macrotopônimos* o nome do Estado: Acre; e das cinco Microrregiões: Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá; (em relação aos *microtopônimos*: as nomeações dos Municípios, por exemplo).

Etimologicamente, o designativo Estado do Acre pode ser assim analisado: Estado – do lat. Status, “condição, situação, classe social” (CUNHA, 1986, p. 327); do – contração da preposição de + o, que indica que pertence; e Acre (forma aportuguesada do topônimo indígena Aquiry) – da Língua Apurinã.

Tocantins (1979) explica desta forma a origem do nome Acre:

teria surgido quase por adivinhação de quem procurava ler, na casa Aviadora do Visconde de Santo Elias (Belém do Pará), carta que [...] João Gabriel Carvalho e Mello (o primeiro a estabelecer-se na região do rio Acre) escrevera, solicitando mantimentos para assegurar a posse da terra e uma grande produção de borracha. João Gabriel era homem de poucas letras. Daí o nome AQUIRY (pronúncia proparoxítone, na língua dos índios Apurinãs), muito mal escrito, ser traduzido por ACRE, popularizando a corruptela. (TOCANTINS, 1979, p. 17-8)

Nascentes (1932), por sua vez, diz que o signo toponímico Acre deriva do *Tupi a'kir u*, que interpreta como “*rio verde*”; e em *Tupi-Guarani a'kur*, que significa “*tenro*”.

O sintagma toponímico *Estado do Acre*, portanto, é classificado como **hidrotopônimo**, por fazer referência a um acidente hidrográfico: o rio Acre. A homenagem a este rio é justificada pela importância que esse acidente exerce sobre a região acreana, seja pelos fatores históricos relacionados a ele, seja pelos aspectos sócio-econômicos que o envolvem.

Segundo Bezerra (1993, p. 73), o rio Acre serve como via de acesso, comunicação, fonte alimentar e de divertimento para vários municípios acreanos. A capital – Rio Branco –, que é cortada e dividida em dois distritos por ele, tem no referido rio um elemento importante para sua paisagem urbana.

Etimologicamente, *Microrregião* é um vocábulo formado por dois morfemas: um prefixo – *micro* –, e uma base – *região*. O primeiro morfema vem do grego *mikro-*, de *mikrós* – “pequeno” (CUNHA, 1986, p. 520); e o segundo vem do latim *regiō-ōnis* – “grande extensão de terreno. [...] território que se distingue dos demais por possuir características próprias” (CUNHA, 1986, p. 671); *do* é formado pela contração da preposição *de* + o artigo masculino *o*; e o adjetivo *Alto* é originário do latim *altus* – “elevado” (CUNHA, 1986, p. 36). A lexia *Acre* foi analisada anteriormente.

As microrregiões acreanas, como explicado anteriormente, formam regionais de desenvolvimento estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre (IBGE-AC). Essas regionais constituem uma divisão política que segue a distribuição das bacias hidrográficas mais importantes do Estado do Acre.

Com relação à utilização dos adjetivos *Alto* e *Baixo*, presentes nos sintagmas nominativos *Microrregiões do Alto Acre* e *Microrregião do Baixo Acre*, referem-se a uma adaptação de terminologias utilizadas quanto à posição ocupada na bacia hidrográfica pelo curso do rio. Por exemplo, alto curso do rio Acre ou alto Acre. Assim, esses adjetivos são utilizados, também, para designar a região de abrangência situada numa dessas porções do curso fluvial.

Frente ao exposto, consideramos que *Acre* constitui a lexia que concentra a substância de conteúdo dos sintagmas denominativos *Microrregião do Alto Acre e Microrregião do Baixo Acre*, e os adjetivos *alto* e *baixo* têm a função de localizar geograficamente a extensão do acidente físico. Os sintagmas são classificados, portanto, como **dimensiotopônimos**.

Juruá, por sua vez, vem do Tupi *juru* = *y'uru* (boca, foz) *á* (abrir, abrir-se), que significa “*abrir a boca, boca que se abre, a boca aberta, a foz ampla, a embocadura larga*” (SILVA, 1966, p. 217).

Assim, o topônimo *Juruá* classifica-se como **dimensiotopônimo**, uma vez que seu significado faz referência às características do próprio acidente.

Esse rio nasce a 453m de altitude no Peru onde recebe o nome de Paxiúba, une-se ao Salambô e a partir daí forma definitivamente o *Juruá*. Com 3.280 quilômetros de extensão atravessa o Acre (porção noroeste) de Sul a Norte em direção ao Amazonas, onde deságua no rio Solimões.

O signo toponímico *Purus*, vem do Nheengatu (língua geral da Amazônia, do tronco Tupi-Guaraní), significa “*enfetado*” (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 100). É o nome de uma tribo indígena que habitou a região amazônica. Portanto, classifica-se como **etnotopônimo**.

O Purus é um rio muito sinuoso, com de águas brancas e exuberante beleza natural. É o último grande afluente da margem direita do rio Solimões.

O topônimo *Tarauacá*, por sua vez, tem origem etimológica desconhecida. Sabe-se apenas, segundo Tibiriçá (1997, p. 110), que não é nome Tupi. Significa “*se forma por ocasião das queimadas*”. Taxionomicamente, o topônimo não se inclui em nenhuma das categorias propostas por Dick (1992), o que não é perfeitamente possível. Segundo a pesquisadora, a referência a dados aproximados prende-se

[...] ao fato de alguns topônimos exigirem um aprofundamento de estudos, na busca do verdadeiro emprego da denominação ou de sua causa, não explicitada no levantamento sincrônico. Nem sempre o significante, ou a forma lingüística de um nome em Toponímia, conduz a uma interpretação segura do motivo principal quando isolado do ambiente originário. (DICK, 1992, p. 210).

Segundo Dick (1992), isso acontece, também, porque, algumas vezes, a unidade lexical, que nomeia o lugar, não está dicionarizada, o que torna, na maioria das vezes, sua motivação e seus significados totalmente opacos.

Quanto ao topônimo *Envira*, trata-se de uma corruptela de *embira*, do Tupi *ymbyra*, que significa “*corda de cipó ou de casca de árvore*”.

Como o significado do referido topônimo faz referência a um elemento da cultura material, é classificado taxionômica-mente como **ergotopônimo**./

Considerações finais

Pelo exposto, pôde-se demonstrar que, em relação às línguas de origem dos topônimos que constituem a macrotoponímia acreana, registrou-se a predominância de nomes oriundos da Língua Tupi. E quanto à natureza motivacional toponímica, prevaleceu os influenciadores de Natureza Física.

Esse resultado confirma a tese sapiriana (1969) de que o ambiente (seja físico, seja social) reflete-se na língua. No caso do estudo aqui apresentado, o enunciador do topônimo, no ato do batismo dos acidentes analisados, condicionado por fatores físico-ambientais, transformou uma unidade da língua em um nome próprio, ou seja, de unidade virtual o signo adquiriu a estatuto de fato lingüístico, condicionado por fatores extralingüísticos.

Referências bibliográficas:

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente – documento final. Vol I. Rio Branco: SECTMA, 2000a.

_____. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente – documento final. Vol II. Rio Branco: SECTMA, 2000b.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DICK, M. V. de P. do A. O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. *Separata de Língua e Literatura*. n. IV, p. 373-380, 1975.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

_____. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e freqüência. OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: EDUFMS, 2001.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. O campo do signo. Rio de Janeiro: Editora Ensaio, 1993.

- GUIRAUD, P. *A semântica*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. São Paulo: 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MOULY, G. J. *Psicologia educacional*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: EDUFMS, 2001.
- ROSTAING, C. *Les noms de lieux*. Paris: Press Universitaires de France, 1961.
- SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.
- SAPIR, E. *A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SILVA, J. R. da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1966.
- SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.
- TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço Editora, 1997.
- TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.